



ANÁLISE SINTAGMÁTICA ACERCA DA CONTRADIÇÃO

Mariana Garcia de Castro Alves¹

Ao considerar ideologia não como ocultação mas como produção de efeito de evidência, em que “o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (a memória discursiva)” (ORLANDI, 1996, p. 31), a Análise de Discurso entende ideologia como uma função necessária entre linguagem e mundo. Nessa relação, cuja injunção se faz pela interpretação, inapelável ao sujeito, transparências são construídas: o que é histórico se naturaliza. Tal abordagem, que é bem sedimentada por uma teoria brasileira do discurso, não se faz objeto de tensões locais, antes se estabelece como procedimento “estabilizado”. O mesmo não se pode dizer, entretanto, da noção de contradição, na medida em que esta se configura como a pedra de toque que faz funcionar a dispersão a cada análise praticada. “Há uma contradição entre mundo e linguagem e a ideologia é trabalho desta contradição”, afirma Orlandi (1996, p. 31). A contradição, que Courtine aponta ser o princípio de toda formação discursiva (COURTINE, 2016), faz-se nas análises como uma noção opaca a movimentar esse campo de estudos. Portanto, embora a noção de ideologia como efeito de evidência seja admitida, não é evidente que a noção de contradição que a faz trabalhar também o seja.

Na tentativa de compreender como a contradição é abordada pela Análise de Discurso historicamente, selecionamos nove textos de Pêcheux (1938-1983), alguns em coautoria com camaradas de seu grupo na França, e nove textos de Orlandi (1942) até o ano de 2010. Com uma plataforma francesa de textometria TXM, de acesso aberto, verificamos como o sintagma “**contradi.* entre x e y**” ocorre nesse *corpus*. O objetivo é compreender em que momentos a teoria enuncia “**contradi.***” (que inclui as variações dos morfemas como “contradição”, “contradições”, “contraditório(s)”, “contraditória(s)”) e ao mesmo tempo explicita os termos de uma relação (**x** e **y**). Ao considerar o sintagma como a unidade linguística que representa os constituintes imediatamente superiores às palavras, estas que por sua vez são superiores aos morfemas (SAUTCHUK, 2018), estabelecemos uma maneira de verificar diferenças em uma mesma estrutura sintática, o que representaria deslocamentos relevantes à análise. Para Pêcheux, a “repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas”, isto é, a “conservação da invariante através da variação morfemática” (PÊCHEUX, 2010, p. 97) revela o que chama de efeitos metafóricos. Tais efeitos permitem a remissão ao discurso, nosso objeto, na medida em que, conforme o autor, constituem-se como sintoma de um processo de produção (PÊCHEUX, 2010, p. 98).

Encontramos vinte e uma ocorrências desse tipo: em *A língua inatingível* (1981) (4 sintagmas), *Semântica e discurso* (1975) (3), *A linguagem e seu funcionamento* (1983) (1), *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (1996) (4), *Análise do discurso: algumas observações* (1986) (1), *Cidade dos*

¹ Doutora em Linguística pela Unicamp, professora na Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Centro Paula Souza) e editora-assistente da revista *Ciência & Cultura* (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). E-mail: marianalagarcia@gmail.com.

sentidos (2004) (3), *Exterioridade e ideologia* (1996) (1), *As formas do silêncio* (1992) (3) e no texto *O inteligível, o interpretável e o compreensível* (1988) (1).

Em Pêcheux (1975), temos três ocorrências de “**contrad.* entre x e y**”: sobre a Revolução Russa, sobre a relação entre a língua e suas determinações não sistêmicas e sobre a reprodução e a transformação das relações de produção. Ao considerar suas condições de produção, Pêcheux preocupa-se com a contradição que se dá como propulsora de um movimento do mesmo ao outro na compreensão de Outubro de 1917, do discurso e da esfera da produção marcadamente industrial. Já em Gadet e Pêcheux (1981), temos quatro ocorrências: duas relativas à contradição entre o campo e a cidade na compreensão da Rússia e outras duas relacionadas à língua no que diz respeito à linguística estadunidense de Noam Chomsky. Portanto, pode-se dizer que é a partir da Rússia em suas contradições, relativas ao rural e ao urbano, ao tradicional e ao tecnológico, que o autor realiza suas reflexões concernentes ao movimento entre o mesmo e o outro no discurso na história da linguística. Iniciemos com *A língua inatingível* (1981). Gadet e Pêcheux voltam-se à Rússia pré-revolucionária para explorar a questão da política na língua. Marcada pela oposição cidade e campo, os autores abordam a contenda entre os ocidentalistas e os eslavófilos. Enquanto os primeiros tinham uma tendência modernizante e eram constituídos por frações das mais diversas que iam de “czares esclarecidos” a revolucionários racionalistas e anarquistas, os segundos propunham uma valorização das tradições camponesas, que eram tomadas como objeto de estudos, principalmente pela linguística e pelo formalismo, por exemplo, dos contos populares de Propp. Assim, os autores centram o problema nas seguintes questões:

É nesse espaço ideológico que a revolução de Outubro repercute as **contradições** fundamentais que a movem, no nível da organização do trabalho industrial, da propaganda política em direção aos campos, e da questão das nacionalidades: como alfabetizar e instruir as massas heterogêneas que constituem o povo soviético, respeitando, ao mesmo tempo, as particularidades nacionais, e, em primeiro lugar, as diferentes línguas? Como conciliar as necessidades econômicas e políticas (difusão das técnicas agrícolas e industriais, estabelecimento da administração soviética) com as formas nacionais e as “heranças” que elas veiculam? (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 78)

Desse modo, as formações ideológicas da Revolução Russa – não homogêneas (“nem o ocidentalismo, nem a eslavofilia constituem, enquanto tal, posições de classes homogêneas” (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 77) – envolvem no campo da língua e da literatura um “jogo complexo entre a febre organizacional das cidades e o humor crítico inscrito nas tradições culturais do campesinato” (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 80). Isto é, identificam a contradição entre o futurismo do proletariado urbano e os representantes culturais das massas camponesas. Os autores ainda mostram que não há uma coincidência entre a oposição cidade/campo e revolucionário/contra-revolucionário, negatividade essa expressa na figura de Maiakovski. Mostram que, ao mesmo tempo em que despoetiza a natureza, recusando uma poesia açucarada e romântica dos acadêmicos de então, aproxima-se dos formalistas que brincam com a língua fazendo algo como nossos trocadilhos, explorando a fonologia e a morfossintaxe russas, confrontando toda a burocracia desse novo mundo industrial que se impõe. Ocorre que, nesse processo, as “antigas fendas aumentam até se transformarem em abismos” (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 88). Dizem ter havido fetichização de algumas medidas provisórias de Lenin (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 89) e, se há uma vitória aparente dos ateus, vermelhos e especialistas, há também uma revanche secreta da Religião, fundada na *metafísica do Trabalho* (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 93). No âmbito da política das nacionalidades, o Estado com sua ideologia stalinista irá, como dizem os autores, “respeitar as formas para melhor impor os

conteúdos” (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 102). Nesse sentido, a língua é instrumento a servir a ideologia da comunicação, da divisão forma/conteúdo, em favor do fetiche, podemos dizer assim, do trabalho. Para orientar a leitura da segunda parte de *A língua inatingível*, em que abordam a linguística mais recente, a da gramática gerativa, uma das epígrafes postas pelos autores é: “Talvez seja o melhor testemunho da fecundidade de uma doutrina o engendrar a **contradição** que promove. E. Benveniste” (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 119). A suposta fecundidade em Chomsky é vista pelos autores como a de tocar em um real da língua, assim como fizera Saussure, principalmente pela noção de agramatical e do absurdo dos raciocínios linguísticos. A contradição é que tal “avanço” seria recoberto pela abordagem sociobiopsicológica de viés logicista. Nesse escopo, instala-se o sintagma “uma **contradição** entre um trabalho de interrogação da língua, na vizinhança imediata do paradoxo e do absurdo (o espaço teórico de eficácia do Witz) e um mergulho nas certezas lógicas do *american joke*.” Gadet e Pêcheux veem contradição entre dois momentos. O primeiro seria o de uma homogeneidade entre o gramatical e o agramatical em Chomsky. Não haveria nada do ponto de vista formal que distinguiria uma sequência gramatical de uma sequência agramatical. “Incolores ideias verdes dormem furiosamente” mostraria, na interpretação dos autores, o impossível da língua, ou melhor, uma exploração por Chomsky desse impossível da língua porque tanto uma sequência gramatical como essa agramatical, na terminologia chomskiana, são fundadas em uma mesma natureza. O segundo momento, que entra em contradição com esse primeiro, é o da partição, ou seja, o julgamento que consiste em separar o que é dotado de sentido e o que não o é, o que pertence à língua e o que não pertence. O segundo momento entra em contradição com o primeiro porque há uma condução a um sentido preexistente, a uma semântica do mundo normal carregada por pressupostos lógico-jurídicos (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 158). Nesse caso, a contradição se dá entre **x** (homogeneidade material) e **y** (julgamento de partição). Faltaria, nesse caso, a noção de interdiscurso e da determinação discursiva desses processos de linguagem. O extralinguístico não seriam as crenças e as ideias pensadas por um sujeito, mas o interdiscurso como “feitos discursivos inscritos nos campos de arquivos (reais ou virtuais), no sentido de Foucault” (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 158).

No que diz respeito às ocorrências do sintagma em *Semântica e discurso*, temos como **x** “os efeitos políticos de Outubro de 1917” e como **y** “aquilo que, insensivelmente, os colocou em causa, os reverteu e os fez submergir no horror prático do regime stalinista [...]”. O modo específico dessa ocorrência é o da contradição entre “reprodução” e “transformação das relações de produção” (GADET; PÊCHEUX, 1981, p. 132). Esta seria uma contradição presente nos aparelhos ideológicos de Estado e nas relações entre as diferentes classes sociais em luta, cuja cena é dada por regiões em relações de desigualdade (Deus, Moral, Justiça...). Frente a esse arquivo, vale questionar se “o lugar e as condições ideológicas da transformação” estão hoje nos aparelhos ideológicos de Estado ou dentro dos marcos institucionais tais quais conhecia Pêcheux na França do pós-guerra.

Segundo Eni Orlandi (2010, p. 18), o Estado, que funciona pela falha, deixa de ser, em certo momento, articulador simbólico. Ou seja, “o Estado torna-se incapaz de produzir sentido para orientar a experiência vital (social e individual)”. Com “o definhamento dos quadros institucionais e das estruturas simbólicas nos quais os sujeitos encontravam seu lugar e sua identidade”, os sujeitos se identificam segundo a lógica da competição como se fossem também empresas, sem a oposição direta a um só empregador: há uma auto-coerção, uma interiorização dos imperativos da valorização do valor (ou seja, da valorização do próprio eu). Tal “comprometimento coagido” apenas reforça a competição brutal, a vergonha,

a inveja, o adocimento mental. Nesse novo tipo de assujeitamento, o conflito coletivo é barrado (DARDOT; LAVAL, 2016). A “des-transformação” que Orlandi realiza a partir de Pêcheux tem uma relação fundamental com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, em todo o mundo. Em vez de pensar na categoria althusseriana de aparelhos ideológicos de Estado, e sem abdicar de sua noção de ideologia como produção de evidência, Orlandi procura entender novas formas de subjetivação em um mundo no qual a integração social pelo trabalho é questionável. “No jogo **contraditório** entre a universalização do histórico” é um dos trechos em que o sintagma aparece em Orlandi. Nesse trecho, ela cita Gadet e Pêcheux de *A língua inatingível* para refletir sobre a relação entre a formação de línguas nacionais e o Estado na análise da paródia feita por Juó Bananére (codinome de Alexandre Marcondes Machado) *Migna terra* (1924), relativa à “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias. O poema está em uma “língua macarrônica” que mistura o português com o italiano, em uma discursividade do imigrante que, ao contrário da canção original, apaga o desejo de retorno, fazendo indistintos os sentidos entre Itália e Brasil. A contradição retomada de *A língua inatingível* tem lugar, portanto, por um processo de universalização da mercadoria e das trocas diante de como tal processo se dá na singularidade brasileira marcada pela imigração. Ao levar em consideração a necessidade de unidade (imaginária) de uma língua nacional, Orlandi conclui que essa paródia (o brasileiro italianado) não é uma língua na medida em que o equívoco que a constitui é apenas mostrado e não aquele que não se mostra como tal. A complexidade brasileira – de uma língua imposta pelo colonizador, do desaparecimento de línguas indígenas que não implica desaparecimento de povos indígenas, de povos que falam línguas produzidas por missionários ou por linguistas e antropólogos, de falares que vêm ainda língua geral falada nos séculos XVII e XVIII, dialetos africanos incorporados, indícios de línguas imigrantes e da própria relação do brasileiro com o português de Portugal – cuja consistência histórica singular permite que possamos compreendê-la é que faz Orlandi chamar essa (nossa) língua de brasileira. A sátira ao mesmo tempo que é de afastamento dessa “língua nacional” é também de integração. A contradição estaria, portanto, nessa relação entre o universal (a unidade que define a língua nacional) e a vida (a diversidade). Entretanto, para Orlandi, o que a sátira mostra é a “impossibilidade da construção de uma unidade (imaginária) desse “estado” de língua itinerante que é a língua do imigrante” (ORLANDI, 1996, p. 126). Compreende-se que uma língua se define, portanto, pela contradição entre unidade e jogo. E a paródia analisada só mencionaria o português e o italiano, sem ser capaz de jogo.

Em *Cidade dos Sentidos*, não só a língua mas também a linguística se constitui na relação contraditória entre unidade e diversidade, “**contradição** esta inscrita em seu próprio objeto já que não há como negar o fato de que há Língua e há Línguas, ou seja, há uma relação necessária entre o formalismo do sistema e a diversidade histórica concreta” (ORLANDI, 2004, p. 17). Se é o trabalho de pesquisa de Pêcheux sobre o panorama russo, com sua diversidade de línguas, cuja troca (evocando Lenin) vai resultar em revolução, é o trabalho de pesquisa de Orlandi sobre o panorama brasileiro - também com sua diversidade de línguas – que vai mostrar que a relação imaginária com a nacionalidade se constrói como uma necessidade e se expressa como uma ilusão cuja via de escape é a violência. A partir do momento em que as margens para se fazer políticas nacionais se estreitam, com a derrocada de qualquer perspectiva de inclusão e desenvolvimento de um país já fora do jogo em um capitalismo em crise, contraditoriamente os sentidos do nacional se exacerbam. É isso que Orlandi observa ao dizer que quando há o silenciamento do político (o fato de que os sentidos sempre se dividem), essa ideia de nação (o Estado e o governo) fica sobrecarregada: “E produzem catástrofes (guerras nacionalistas, racismo, xenofobia, explosões de minorias, movimentos místicos). Que são, antes de tudo, metáforas (no sentido de transferências)

malsucedidas” ORLANDI, 2004, p. 131). A descrição desse panorama de língua no Brasil a faz se perguntar sobre os modos pelos quais os sujeitos se definem nesse funcionamento e como a violência, simbólica ou não, muito mais que as relações de classe, é o que promove identificações.

Em Orlandi, outro lugar de contradição é a da própria AD, em sua posição de entremeio. Na AD, o social não é correlato do linguístico – como trabalhado pela interdisciplinaridade e instrumentalização de uma disciplina por outra – mas constitutivo (ORLANDI, 1996, p. 27). Ao tratar do sujeito, aponta seu apagamento feito pela linguística. Ao tratar da não transparência da língua, aponta o apagamento da língua feito pelas ciências sociais. Assim, o discurso seria da ordem da relação contraditória do linguístico com a exterioridade (a historicidade, como os sentidos trabalham no texto), sendo a ideologia a relação necessária entre linguagem e mundo (ORLANDI, 1996, p.31). Em *Cidade dos sentidos*, “a articulação necessária e **contraditória** entre estrutura e acontecimento” é a do domínio do simbólico na relação com o real da história, uma relação que Orlandi (2004, p. 23,145) chama de “ordem” em contraposição a “organização” que é o imaginário sobre o empírico. Novamente, a violência advém à contradição porque a ordem do urbano apaga o social, não dá espaço a ele, desfazendo o político, “livrando a cidade à violência”. Em *As formas do silêncio* percebemos que os sintagmas giram em torno da contradição entre o mesmo (o “um”, a paráfrase) e o diferente (o “múltiplo”, a polissemia) – o que não deixa de ser retomado, por exemplo, em *Interpretação*. O que aguenta a identidade do sujeito é seu estar em silêncio, dobra, ponto de fuga, incompletude do sentido. É no silêncio que o discurso encontra seu ponto de inversão do possível, se desdobra em outros sentidos. E a contradição estaria também aí. Orlandi também faz uma relação com o arquivo e com as “histórias de leituras”. Sobre como seria o ensino da interpretação, aponta que há um legível preexistente, mas há a contemporaneidade da leitura e essa seria uma contradição a se lidar no ensino da interpretação.

Em suma, enquanto em Pêcheux é a contradição da Revolução Russa - periferia do sistema em que se cruza campo e cidade - que impulsiona seu questionamento à semântica à luz do marxismo, em Orlandi é a contradição do Brasil - também periferia do sistema que guarda contradições da colonização e da formação de sua língua nacional - que, tomado como matéria de análise, vai fazê-la questionar a contradição entre o sistema da língua e a exterioridade e, sobretudo, os modos pelos quais o sentido se movimenta na história. Sua leitura permite recusar a fetichização do trabalho e sacralização da luta de classes como motor de uma história em progresso, pois, sobre a matéria brasileira, aponta não simples oposições mas lugares de contradição que fazem movimentar os sentidos em um sistema em colapso.

REFERÊNCIAS

- COURTINE, J-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias** - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, [.S.I.], v. 1, n. 1, set. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad.:Mariana Echalar, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: O discurso na história da linguística. Trad.: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento**. São Paulo: Editora Brasiliense,1983.
- ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso: algumas observações. **Delta**, v. 2, n.1, p. 105-126, 1986.

- ORLANDI, E. P. O inteligível, o interpretável e o compreensível. *In*: ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. P. Exterioridade e ideologia. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v. 30, p. 27-33, jan./jun. 1996.
- ORLANDI, E. P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, E. P. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. *In*: ORLANDI, E. P. (org). **Discurso e políticas públicas urbanas**: A fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: HAK, Tony (org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- SAUTCHUK, I. **Prática de Morfossintaxe**: como e por que aprender análise (morfo)sintática. São Paulo: Manole, 2018.